

PRÁTICAS AVALIATIVAS: ESTUDO DE CASO EM ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE-CE

Helena de Lima Marinho Rodrigues
Araújo¹
Jaconias Régis Guimarães²

Resumo

Percebermos que as avaliações realizadas em algumas escolas do município de Beberibe ainda priorizam a prova e/ou teste como uma forma principal de avaliação, dessa forma, neste artigo temos como objetivo geral conhecer como a prática avaliativa é utilizada no processo de ensino-aprendizagem em uma escola pública de ensino médio desse município. Utilizamos como fontes as contribuições de autores como Hoffmann (1998), Luckesi (2012), Demo (2008) e Weisz (2009). Realizamos a pesquisa de campo através da aplicação de questionário com 20 (vinte) docentes que representam a metade do quantitativo desses profissionais e também uma análise do PPP da escola. Como resultados apontamos que a avaliação deve ser contínua e englobe várias possibilidades de uso de instrumentais, objetivando que os discentes sejam avaliados a partir das competências e habilidades adquiridas durante o ano em todas as áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Ensino médio. Práticas avaliativas. Ensino-aprendizagem.

Abstract

EVALUATION PRACTICES: A CASE STUDY IN PUBLIC SCHOOL HIGH SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF BEBERIBE-CE

We realize that the evaluations carried out in some schools in the municipality of Beberibe still prioritize test and / or test as a main form of evaluation, thus , in this article we have as a general objective to know how the evaluative practice is used in the teaching- learning process a public high school in this city. Used as sources the contributions of authors such as Hoffmann (1998), Luckesi (2012), Demo (2008) and Weisz (2009). We conducted field research through a questionnaire with twenty (20) teachers who represent half the quantity of these professionals and also an analysis of the PPP school. The results point out that the evaluation should be continuous and comprises several possibilities of using instrumental, aiming that the students are assessed from the skills and abilities acquired during the year in all areas of knowledge.

Keywords: High school. Assessment practices. Teaching and learning.

¹ Professora Doutora em Educação (UFC). Colaboradora do Instituto UFC Virtual e UECE. helenamarinho@virtual.ufc.br.

² Especialista em Gestão Escolar (Instituto UFC Virtual) e professor de Matemática da Rede Municipal de Ensino de Beberibe.

1 Introdução

O ato de avaliar é algo contínuo em nossa vida, pois seja de forma consciente ou inconsciente constantemente estamos avaliando. Nos diversos setores da sociedade a avaliação se faz presente, entretanto, quando se fala em avaliação no contexto educacional logo nos vem à ideia da famosa e temida prova, atividade avaliativa individual de caráter classificatório e excludente.

Em algumas escolas do município de Beberibe a avaliação do processo de ensino-aprendizagem é algo que merece aprimoramentos, logo as práticas de classificação e exclusão através da realização de atividades avaliativas descontextualizadas ainda são bem frequentes. Os baixos índices de aprendizagem aliado a falta de aprofundamento teórico por parte de gestores e educadores sobre como ocorre o processo de ensino-aprendizagem, nos dão indícios de que a avaliação é uma forte candidata ao título de promotora do fracasso escolar. Como fazer da avaliação uma forte aliada do trabalho pedagógico? É possível construir um novo cenário que possibilite o crescimento em relação ao nível de aprendizagem escolar?

Neste artigo tivemos como objetivos: conhecer como a prática avaliativa é utilizada no processo de ensino-aprendizagem em uma escola pública de ensino médio desse município; identificar que práticas avaliativas são mais usadas nessa escola; conhecer a proposta de avaliação contida no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e confrontar com as informações dos respondentes da pesquisa.

Nos procedimentos metodológicos utilizamos como fonte a leitura de trabalhos de autores, tais como: Hoffmann (1998), Luckesi (2012), Demo (2008), Weisz (2009) e Yin (2001). Usamos a pesquisa de campo em uma escola pública de ensino médio³ e aplicamos o questionário com 20 (vinte) docentes que representam a metade do quantitativo desses profissionais durante o período do primeiro semestre de 2012.

³A escola pesquisada fica localizada na sede do município de Beberibe, possuindo duas extensões, a Escola Municipal Benedito Evaristo Pinheiro de Ensino Fundamental no distrito de Serra do Félix atendendo a 191 (cento e noventa e um) alunos matriculados em 06 (seis) turmas e a Escola Municipal Raul Barbosa de Ensino Fundamental no distrito de Itapeim, que atende a 146 (cento e quarenta e seis) alunos matriculados em 04 (quatro) turmas. Atualmente a instituição atende 1.158 alunos, distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno. O núcleo gestor da escola é composto por 01(um) diretor, 04 (quatro) coordenadores pedagógicos, 01 (um) secretário escolar e (01) um auxiliar de secretaria. A instituição também conta com o apoio de 03 (três) Professores Coordenadores de Área (PCA), 03 (três) professores lotados nos laboratórios multidisciplinar de ciências e 05 professores lotados no Laboratório Escolar de Informática (LEI) e 13 (treze) Professores Diretores de Turma (PDT). O corpo docente da escola é composto por 40 (quarenta) professores lotados de acordo com a sua área de atuação.

A cultura da avaliação é algo muito difundido no mundo inteiro. As avaliações em larga escala ganharam destaque no cenário educacional, logo a maioria dos países desenvolvidos ou aqueles em desenvolvimento utilizam os dados educacionais como comprovação do desenvolvimento econômico. A título de exemplo citaremos o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), um importante e respeitado teste realizado a cada três anos pelos países participantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aplicado aos jovens de 15 (quinze) anos, que avalia os conhecimentos nas áreas de Linguagem, Matemática e Ciências. No Brasil, as avaliações externas foram ganhando espaço através da criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Provinha Brasil, Prova Brasil e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), hoje são atividades avaliativas realizadas com frequência que permitem apresentar um retrato fiel da qualidade do ensino ofertado em nosso país.

Atualmente, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é o principal indicador de qualidade da educação brasileira, possibilitando através dos resultados obtidos a realização e implementação de políticas públicas, o planejamento e o aperfeiçoamento das instituições e redes de ensino.

Fica visível a importância que as atividades avaliativas assumem, não sendo possível descartá-las ou utilizá-las de qualquer forma. Mesmo com diversos significados e discordâncias entre os vários segmentos da comunidade escolar, a avaliação da aprendizagem escolar antes deve ser vista como um bem necessário e indispensável rumo a efetiva oferta de um ensino de qualidade, logo no processo histórico da educação brasileira várias ideias pedagógicas, resultados de políticas, mercado econômico e cultural permearam e nortearam o processo de ensino-aprendizagem, por conseguinte, influenciaram as práticas avaliativas que assumiram finalidades intencionais, tais como: autoritária e dialógica.

2.1 Avaliação escolar como prática ameaçadora, autoritária e seletiva

Durante décadas a avaliação da aprendizagem escolar foi marcada pela realização de provas e exames seletivos. Isso tem raízes no processo histórico pelo qual a educação foi instituída em nosso país. Com o início do processo de democratização, os avanços no setor educacional foram crescendo rapidamente, principalmente no tocante a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, todavia, algumas instituições e muitos profissionais não acompanharam essa evolução.

A educação não era um direito de todo e qualquer cidadão, sendo restrito a uma minoria privilegiada. Somente com a promulgação da Constituição Federal (BRASIL,1988) e da Lei nº 5354/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL,1996) é que esse direito passou a ser estendido a todos os cidadãos. Com a LDB, algumas conquistas na área da educação foram bem sucedidas, entretanto ainda existem percalços e falhas na execução da lei que impedem o progresso da educação em nosso país, principalmente no que concerne ao processo de avaliação da aprendizagem.

No artigo 24, inciso V, alínea a, menciona que a verificação do rendimento escolar acontecerá de forma contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. No entanto, o que se observa de forma generalizada é uma ação contrária, ou seja, a prevalência dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos; pois ainda existem várias escolas e docentes que adotam práticas de avaliação classificatórias e excludentes, mesmo sendo esse um assunto muito discutido e estudado. O fato é que há docentes que se limitam a aplicar uma prova ao final de um determinado período, enquanto que existem outros que utilizam vários instrumentais para acompanhar a evolução do aluno no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Hoffmann (1998, p.110) “a avaliação tem se caracterizado como disciplinadora, punitiva e discriminatória, como decorrência, essencialmente, da ação corretiva do professor e os enunciados que emite a partir dessa correção. [...] o sentido discriminatório começa nesse momento”.

Infelizmente ainda existem docentes que utilizam a avaliação como forma de controle, punição ou opressão. A visão distorcida sobre a avaliação escolar tem deixado sequelas e danos irreparáveis em alguns atores diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem tais como: traumas psicológicos, reprovações e evasões. O que não pode acontecer é que o docente utilize a avaliação como arma de defesa ou ataque, antes deve ser utilizada como um instrumento que potencialize as aprendizagens.

2.2 A avaliação da aprendizagem escolar como instrumento de diálogo

A avaliação escolar não pode ser vista pelos profissionais da educação como apenas mais uma formalidade do Sistema Educacional vigente. Antes deve ser encarada como um instrumento de diálogo, capaz de indicar caminhos que permitam a melhoria da qualidade do ensino, logo é de nosso conhecimento que existem diversos fatores que estão interligados e afetam diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Estes

fatores juntamente com as práticas de avaliação seletiva e excludente geralmente são determinantes para o fracasso escolar.

Sem reflexão a avaliação impede o progresso e conduz ao fracasso escolar, promovendo o crescimento dos elevados índices de evasão, reprovação e abandono escolar; pois o que observamos no atual contexto é que ela é muito utilizada apenas para formalizar uma exigência burocrática dos sistemas e redes de ensino. A constante reflexão da ação educativa é uma necessidade emergente. Sobre esse aspecto Luckesi (2011, p.184) assinala que

a avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o crescimento.

Sendo assim, a avaliação precisa estar a serviço da aprendizagem, possibilitando a construção de conhecimentos sólidos e favorecendo a luta contra o fracasso escolar, envolvendo docentes e discentes numa incessante busca por aprendizagens significativas. Portanto, a avaliação deve ser utilizada como um instrumento de análise e reflexões para educadores e educandos capaz de indicar alternativas de trabalho rumo à construção do conhecimento, e não apenas para atribuir notas sobre uma determinada atividade proposta.

Consoante Weisz (2009) existem diversas formas de saber o que o discente errou, onde errou e por que errou. A utilização adequada dos instrumentais de avaliação permite que docentes e discentes percebam os avanços e dificuldades, entretanto, a interpretação que ambos os atores envolvidos diretamente com o processo de ensino-aprendizagem fazem sobre os resultados obtidos após a utilização de algum instrumental de avaliação pode ser determinante para o sucesso ou fracasso escolar.

A interpretação feita sobre os resultados da aprendizagem escolar obtidos através da realização de provas, trabalhos, seminários ou outra atividade avaliativa qualquer é extremamente importante, pois ela indicará para o docente que ações o mesmo deverá desenvolver para que os discentes possam adquirir conhecimentos sólidos e estruturantes. A responsabilidade no que diz respeito à interpretação das informações obtidas através do processo avaliativo é tarefa de ambos. Os discentes também precisam reconhecer que o mais importante durante o processo de apreensão do saber é a avaliação do processo, e não avaliação do produto.

Notas, conceitos, relatórios fazem parte da cultura do avaliar, porém é preciso que os discentes sejam orientados desde pequeninos a interpretar os resultados de forma positiva, como algo que os ajudará na construção de aprendizagens significativas, e não como sentenças; pois será inútil o trabalho de orientação do docente, se para o discente o que realmente importa é a obtenção de uma nota ou conceito ao final de um período ou até mesmo a realização de uma atividade sem erros.

Criar condições para que docentes e discentes adquiram uma postura reflexiva diante dos resultados obtidos é tarefa da escola, como também é dever da escola fazer com que a comunidade escolar faça uma releitura constante sobre os resultados da aprendizagem escolar. A principal finalidade da avaliação não é sentenciar, mas ressignificar o processo de ensino-aprendizagem através do estreito diálogo entre os instrumentais de avaliação e o processo de ensino.

2.3 Os tipos de avaliação presentes nas escolas

A homogeneização do ensino é algo que está muito presente nas práticas de avaliação, todavia é importante que os docentes conheçam os principais tipos de avaliação adotados por sistemas e redes de ensino, pois somente com a leitura crítica sobre o assunto em estudo é que será possível realizar os ajustes necessários.

Na *avaliação diagnóstica* os professores pretendem conhecer o nível de conhecimento que os alunos dispõem sobre determinado assunto. Ela é muito utilizada no início do ano letivo ou quando os educadores começam o estudo sobre um assunto em que a maior parte da turma desconhece.

Uma das principais funções desse tipo de avaliação é possibilitar ao professor uma visão geral sobre os conhecimentos prévios dos discentes sobre determinado assunto proposto através da sondagem, ou seja, da realização de atividades que permitam identificar as possíveis dificuldades de aprendizagem.

Dessa forma, a postura ou atitude do docente em relação aos erros ou acertos cometidos pelos discentes são fundamentais para a promoção de aprendizagens significativas, principalmente quando a avaliação assume a função diagnóstica. Por ser um tipo de avaliação de caráter primário, torna-se quase que indispensável, pois é justamente através dela que será possível redirecionar inicialmente o processo de ensino. Todavia, é preciso ter muito cuidado para não utilizá-la durante um período longo, pois isso pode ocasionar problemas no planejamento do ensino.

A *avaliação formativa* ou *processual* ocorre durante todo o percurso. Por ser uma avaliação mais longa e complexa, exige do docente uma atenção maior; pois ela serve para analisar o processo de aprendizagem de cada discente individualmente, identificando as deficiências e apontado os possíveis caminhos a percorrer, acompanhando o rendimento do estudante ao longo do processo educativo.

A *avaliação somativa* é a mais utilizada por sistemas, redes ou instituições de ensino, por apresentar características que não exigem um trabalho laborioso. A atribuição de notas ou conceitos para verificar o nível de aprendizagem dos alunos é o ponto forte da avaliação somativa. Geralmente é utilizada ao final de um período ou processo, possibilitando a comparação de resultados obtidos e conseqüentemente, permitindo a classificação. Todavia é interessante mencionar que esse tipo de avaliação pode estabelecer conexões com as avaliações diagnóstica e formativa.

Pelo que abordamos até o momento podemos inferir que em todo planejamento educacional a avaliação deve constar como elemento que aponta, norteia e direciona a busca por soluções que promovam o rendimento da aprendizagem do corpo discente da escola, como também para ressignificar o trabalho de toda a comunidade escolar, sobretudo, da ação docente. Sobre essa questão Luckesi (2011, p.184), ressalta “[...] enquanto o planejamento traça previamente os caminhos, a avaliação subsidia os redirecionamentos que venham a se fazer necessários no percurso da ação. Sem dúvida, ambas as práticas fundamentam a nossa existência, como também assumem papel decisório na construção da sociedade que temos e queremos. Na próxima seção apresentaremos os resultados obtidos na pesquisa de campo

3 Analisando os resultados

Para iniciarmos o nosso estudo de caso, que na concepção de Yin (2001, p.19), se caracteriza “pela capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências, documentos, artefatos, entrevistas e observações”, apresentaremos os dados educacionais referentes aos anos de 2010 e 2011, em seguida teceremos alguns comentários fazendo conexões com as informações obtidas no PPP da escola campo da pesquisa.

Tabela 1 – Indicadores Educacionais 2010

Série/ Turma	Matricula	Nº Alunos Aprovados		Nº Alunos Reprovados		Nº de Alunos Evadidos	
		ABS	%	ABS	%	ABS	%
1º	476	414	86,97	15	3,15	47	9,87
2º	364	323	88,74	20	5,49	21	5,77
3º	394	375	95,18	3	0,76	16	4,06
Total	1234	1112	90,11	38	3,08	84	6,81

Fonte: Escola de Ensino Médio Ana Facó

Tabela 2 – Indicadores Educacionais 2011

Série/ Turma	Matricula	Nº Alunos Aprovados		Nº Alunos Reprovados		Nº de Alunos Evadidos	
		ABS	%	ABS	%	ABS	%
1º	370	327	88,38	5	1,35	38	10,27
2º	435	413	94,94	6	1,38	16	3,68
3º	344	309	89,82	8	2,33	27	7,85
Total	1149	104	91,3	19	1,65	81	7,05

Fonte: Escola de Ensino Médio Ana Facó

Observando as informações obtidas nas tabelas 1 e 2, percebemos que houve um decréscimo na matrícula, entretanto, essa informação não é relevante para o nosso estudo. Nos debruçaremos especificamente sobre os dados obtidos em relação à aprovação, reprovação e evasão. Esquecendo o fator de proporcionalidade e analisando apenas os percentuais é perceptível o aumento na taxa de aprovação, e consequentemente o decréscimo na taxa de reprovação. Embora a reprovação tenha decrescido significativamente, ou seja, 50% em relação ao ano anterior desconsiderando o fator de proporcionalidade, a evasão cresceu um pouco.

Essa é uma informação que pode estabelecer alguma relação com a avaliação educacional? De acordo com o PPP, documento elaborado pela escola (BRASIL, 1996) não. Todavia, mesmo a escola informando em sua proposta pedagógica que a evasão escolar não estabelece conexões com o processo avaliativo, verificamos que existe uma estreita relação, logo no referido documento é mencionado que um dos fatores que contribuem para o elevado índice de evasão é o baixo nível de escolaridade, ou seja, podemos também inferir que se existe um déficit na aprendizagem é porque a avaliação não cumpriu com a sua função primordial. Corroborando com essa discussão Luckesi (2012, p.18) enfatiza que “é comum, quando se fala em avaliação, apelar para a

subjetividade, quase a desqualificando, esquecendo de que ela exige um rigor metodológico que lhe garante validade no que expressa”.

Iniciamos a nossa análise através da observação dos dados de produtividade na escola campo da pesquisa com o propósito de chamar a atenção do leitor para a importância do processo avaliativo na condução de toda e qualquer atividade desenvolvida na escola.

3.1 Análise dos resultados do Projeto Político pedagógico (PPP) da escola

Através de análise do PPP que o objetivo maior da instituição é formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres por meio do desenvolvimento de habilidades sócio-cognitivas. A proposta pedagógica da escola-campo está fundamentada em documentos legais como LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996), a CF (BRASIL, 1988), nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1998) a deliberação nº 01/99 do Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE, 1999) e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990).

No tocante ao processo avaliativo adotado pela instituição de ensino é mencionado no PPP da escola que a avaliação acontecerá de forma contínua, cumulativa e sistemática, visando: diagnosticar e registrar os progressos e dificuldades do aluno, possibilitar que o aluno autoavaleie sua aprendizagem, orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades, fundamentar as decisões quanto à necessidade de procedimentos de reforço e recuperação da aprendizagem, de classificação e reclassificação de alunos e orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.

Ainda no referido documento é mencionado que será realizada a avaliação formativa através da observação e análise dos conhecimentos e de habilidades adquiridas pelo aluno por meio da realização de avaliações bimestrais, com a utilização de provas escritas, trabalhos, pesquisas e observação direta, sendo que os aspectos qualitativos sempre prevalecerão sobre os aspectos quantitativos.

Os instrumentos de avaliação serão sempre três, sendo um deles uma prova escrita, prova parcial e trabalho todos variando em escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. Os resultados das avaliações serão registrados, para cada componente curricular, por meio de sínteses bimestrais e finais e obedecerão a uma escala de nota que varia de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. Os resultados do processo avaliativo serão analisados bimestralmente e ao final do ano letivo em reuniões do Conselho de Classe, para decidir

sobre a aprovação ou recuperação de estudos e por fim decidir sobre a aprovação ou reprovação final do quadro discente. Consoante Luckesi (2012, p. 22) a avaliação da aprendizagem, em si, exige olhares mais abrangentes para sua compreensão, todavia ela é a base de todas”. Dessa forma, podemos ressaltar que a aprendizagem é um fator determinante que apontará para os resultados de sucesso ou fracasso na escola.

Com a pesquisa documental, percebemos que existem algumas contradições na redação da proposta pedagógica da escola no que diz respeito à avaliação do processo de ensino e aprendizagem. A título de exemplo, citaremos a situação em que a escola menciona que será realizada a avaliação formativa, como também que os aspectos qualitativos prevalecerão sobre os quantitativos, entretanto, quando continuamos a fazer a leitura do PPP há um trecho em que é ressaltado que os instrumentos de avaliação serão sempre três, sendo um deles a prova escrita, uma prova parcial e por último trabalho valendo entre 0 (zero) e 10 (dez) pontos cada um.

A questão central nesse caso não se restringe apenas a quantidade de instrumentais a serem adotados, mas em específico aos instrumentais que serão utilizados, ou seja, pela redação do documento é possível chegarmos à conclusão de que a escola adota a avaliação somativa pensando estar realizando a avaliação formativa. Independente do tipo de avaliação adotado por sistemas, redes ou instituições de ensino é preciso termos muito cuidado para não promovermos a política da exclusão e seletividade. Alerta Hoffmann (1998, p. 86) sobre “práticas seculares e rotineiras não se transformam como num passe de mágica. Os estudos realizados mostram a necessidade de muita discussão entre os professores e sua relação com os alunos”.

3.2 Análise dos resultados dos questionários dos docentes

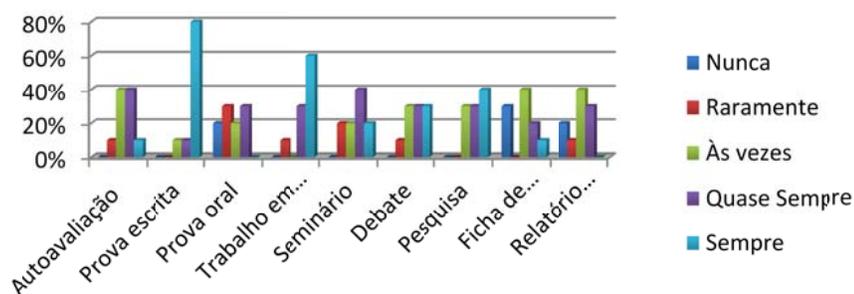
Ao analisarmos as respostas dos questionários análise aplicados aos docentes confrontamos com as informações obtidas PPP da escola-campo. Podemos dizer que o corpo docente da instituição é jovem em relação à prática educativa, pois 12 (doze) deles atuam há menos de cinco anos. De 20 (vinte) professores entrevistados, apenas 08 (oito) atuam há mais de 06 (seis) anos. Essa informação pode ter diferentes pontos de vista em relação à avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Tendo um corpo docente jovem é possível que não haja resistências no que concerne a implementação de uma nova proposta de avaliação, entretanto, analisando por outro ângulo é possível que a inexperiência impossibilite o sucesso na execução da avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

A primeira pergunta foi extremamente importante na condução do nosso trabalho, pois estabeleceu conexões com os demais questionamentos propostos. Questionamos sobre a composição do sistema avaliativo da escola e 16 (dezesseis) dos entrevistados responderam que o sistema avaliativo da escola é composto pela atribuição de notas ou conceitos, enquanto que 04 (quatro) informaram que seria pela atribuição de notas ou conceitos e elaboração de relatórios de aprendizagem. Assim, notamos que existe um percentual significativo de educadores que desconhecem os registros contidos na proposta pedagógica da escola.

Na segunda pergunta, indagamos sobre a participação em cursos de atualização, treinamento ou capacitação nos últimos dois anos sobre a avaliação escolar. Embora o corpo docente seja jovem, apenas 08 (oito) dos entrevistados participaram de alguma atividade de formação continuada sobre a temática em estudo e 12 (doze) afirmaram que não participaram de estudos direcionados a avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Esses dados revelam que boa parte dos docentes da escola não estão atualizados no tocante às questões relacionadas à avaliação escolar.

No que diz respeito à periodicidade, perguntamos com que frequência à avaliação do processo de ensino-aprendizagem é realizada. Dos profissionais entrevistados, 10 (dez) avaliam os alunos diariamente, enquanto que a os outros 10 (dez) avaliam apenas ao final do bimestre. Dessa forma, constatamos nas respostas apresentadas pelos docentes entrevistados que existe uma grande probabilidade da instituição está promovendo práticas de classificação e/ou exclusão em seu processo avaliativo. Trazendo a contribuição de Luckesi (2011, p.55) sobre o processo de avaliação, pontua: para que se utilize corretamente a avaliação no processo ensino-aprendizagem no contexto escolar, importa estabelecer um padrão mínimo de conhecimentos, habilidades e hábitos que o educando deverá adquirir, e não uma média mínima de nota”.

Portanto, independente da composição ou da periodicidade do processo avaliativo o que realmente importa é a aquisição dos conhecimentos mínimos necessários ao desenvolvimento de competências e habilidades estruturantes. Para acompanhar a evolução dos discentes em relação ao processo de ensino-aprendizagem, perguntamos aos docentes com que frequência eles utilizam os diversos instrumentos de avaliação e no gráfico abaixo apontamos os achados da pesquisa:

Gráfico 1 – Instrumentais avaliativos adotados pelos docentes

Fonte: elaboração própria- dados da pesquisa.

O gráfico nos mostra que dentre os diversos instrumentais adotados, a prova escrita é a mais utilizada, pois 16 (dezesseis) dos profissionais entrevistados responderam que sempre utilizam esse tipo de avaliação, já os outros 04 (quatro) responderam que adotam esse procedimento quase sempre ou às vezes. Os trabalhos em grupo é a segunda atividade mais realizada na escola, logo 12 (doze) afirmaram que promovem trabalhos em grupo frequentemente, enquanto que apenas 02 (dois) informaram que utilizam as atividades em grupo raramente e os demais, 06 (seis) docentes responderam que utilizam essa atividade quase sempre. Acreditamos que a prova escrita e o trabalho em grupo são realizados constantemente principalmente por ser uma exigência do próprio sistema avaliativo adotado pela referida instituição, entretanto é preciso ter muito cuidado para que o processo avaliativo não fique restrito somente a realização de exames pontuais.

Realizamos dois questionamentos que nos deixaram bem animados. O primeiro está relacionado ao conhecimento que os alunos têm sobre a forma como estão sendo avaliados. Dos entrevistados, 18 (dezoito) enfatizaram que os discentes sabem como estão sendo avaliados e apenas 02 (dois) apontaram que os discentes desconhecem como ocorre o processo avaliativo. O segundo foi sobre os comentários que eles realizam sobre o desempenho individual dos discentes mediante o esclarecimento de dúvidas quanto ao progresso e/ou dificuldades apresentadas. A leitura que obtivemos através das respostas apresentadas foi a seguinte: 14 (quatorze) sempre faz uma devolutiva para o aluno com ênfase naquilo que aprendeu ou deixou de aprender, 04 (quatro) fazem esse trabalho às vezes e apenas 02 (dois) raramente conversam individualmente com os alunos sobre o progresso e /ou dificuldades apresentadas.

A última pergunta que propomos foi sobre a concepção de avaliação da aprendizagem escolar. A partir de uma análise subjetiva das respostas apresentadas, chegamos a seguinte conclusão: os professores estão convictos de que avaliação é um processo amplo que serve para verificar os níveis de aprendizado do aluno, onde a relação docente-discente é determinante para o sucesso ou fracasso escolar, tendo em vista que durante essa caminhada em busca do conhecimento existem algumas falhas, sendo necessário acontecer constantes reflexões durante o percurso.

Para Luckesi (2011, p. 206) a avaliação da aprendizagem na escola “tem dois objetivos: auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal, a partir do processo de ensino-aprendizagem, e responder à sociedade pela qualidade do trabalho educativo realizado.” Enfim, para que a avaliação da aprendizagem na escola pesquisada atenda aos objetivos propostos por Luckesi é necessário que o núcleo gestor juntamente com a congregação de docentes estejam dispostos primeiramente a estudarem especificamente sobre o assunto e segundo a refletirem sobre as práticas de avaliação adotadas na escola, objetivando a construção de uma proposta de avaliação que estabeleça o estreito diálogo entre os processo de ensino-aprendizagem e superem as práticas de avaliação classificatórias e excludentes.

Considerações Finais

Percebemos a relevância que a avaliação escolar desempenha no cotidiano das instituições de ensino, pois mesmo sendo uma temática muito discutida ainda existem muitas dúvidas e contradições que interferem diretamente no processo ensino-aprendizagem.

Constatamos através de nossa pesquisa algumas discordâncias na proposta pedagógica da escola pesquisada com a prática avaliativa de alguns docentes que usam a avaliação somativa em detrimento da avaliação formativa especificada no PPP.

No tocante às respostas dos questionários destacamos como fatores positivos o fato dos discentes estarem informados sobre o processo de avaliação e a prática da devolutiva dos docentes sobre as avaliações para os alunos. Essas ações contribuem para que a questão da avaliação seja repensada e ajudem a modificar as práticas pedagógicas na escola, pois a avaliação educacional precisa estar a serviço do processo de ensino- aprendizagem, possibilitando a docentes e discentes a construção de aprendizagens significativas e estruturantes.

Referências

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 15 de dezembro de 2014.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA*. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 que institui o. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em 2014.

_____. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em 2014.

_____. *Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE - Prova Brasil*. Brasília: MEC. Disponível em <www.mec.gov.br> Acesso em 2013.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN para o Ensino Médio*. Brasília: MEC, 1998. Disponível em <www.mec.gov.br> Acesso em 2013.

CALDEIRA, A. C. M. *Avaliação da aprendizagem em meios digitais: novos contextos*. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/pdf/033-TC-A4.pdf>>. Acesso em 5 set. 2014.

DEMO, P. *Avaliação qualitativa*. São Paulo: Autores Associados, 2008.

HOFFMANN, J. M. L. *Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. 13ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

_____. *Avaliar para promover*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2001.

IOSCHPE, G. *Armas de educação em massa*. Revista Veja, ed. 2248, n. 51, p. 124-135, dez. 2011.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

_____. *Educação, Avaliação Qualitativa e Inovação*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012. 30 p. – (Série Documental. Textos para Discussão)

MENEZES, L. C. de. *Avaliação não é ameaça*. Revista Nova Escola, n. 214, p.98, agosto. 2008.

POLAK, Y. N, SANTANA, J. R. & ARAUJO, H. L.M. R. (Et al). *Dialogando sobre Metodologia Científica*. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

WEISZ, T & SANCHEZ, A. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2009.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.